

CAPÍTULO VII

A expansão a partir de 1967

A partir de 1967 a economia brasileira entra em novo processo de expansão, repetindo e tendendo a superar o desempenho expansivo ocorrido na segunda metade dos anos cinquenta. A crise econômica estava superada, enquanto a crise política marcada pelo autoritarismo do governo militar continuava a agravar-se.

A expansão econômica iniciada em 1967 coincide com a subida ao poder do General Costa e Silva. As reformas econômicas realizadas durante a crise anterior estabelecem as bases para essa recuperação. Entre elas são essenciais a reforma bancária, a reforma do mercado de capitais, a reforma tributária e principalmente a instituição da correção monetária. Todas essas reformas já estavam mais ou menos delineadas antes de 1964, mas não podiam ser realizadas por falta de poder político. Roberto Campos e Octávio Gouvea de Bulhões realizam-nas entre 1964 e 1966 com notável inteligência, ao mesmo tempo que adotam uma política econômica monetarista de curto prazo baseada na restrição da demanda agregada e no arrocho salarial, que criticamos no capítulo VI.

Conforme veremos neste capítulo, entretanto, a causa fundamental da nova expansão está relacionada com o aumento da capacidade de compra de bens de consumo durável (principalmente automóveis) por parte da classe média. Isto será possível devido à concentração da renda não apenas ao nível da grande burguesia, como acontecera no ciclo da expansão anterior, mas da classe média para cima, e, em segundo lugar, ao grande desenvolvimento do crédito direto ao consumidor possibilitado pela instituição da correção monetária. A política de minidesvalorizações cambiais instituí-

da em 1967, ao estimular as exportações, será outra causa importante da recuperação da economia. Finalmente é preciso assinalar a mudança na política econômica de curto prazo. A inflação deixa de ser encarada como principalmente de demanda. Seu componente de custos é salientado, resultando daí uma política econômica conjuntural baseada na expansão da demanda e no controle administrativo dos preços.

O período 1967-1971

O Governo Costa e Silva, iniciado em 67, ao mesmo tempo em que mantinha uma boa parte dos aspectos negativos, agravadores da crise, do Governo Castelo Branco, apresentava uma série de sinais de mudança política, que nos permitem distingui-lo claramente do Governo anterior.

Modificações de ordem política. Devemos, inicialmente, distinguir dois períodos: os dois anos que antecedem o Ato Institucional nº 5 e o período posterior a esse ato. No primeiro período, observa-se, em primeiro lugar, que a unidade e aparente firmeza ideológica dos primeiros momentos, por parte dos militares, rompeu-se. Coube a eles a liderança do movimento. No instante em que se viram assumindo o poder, adotaram aquela atitude idealista típica de imaginar que poderiam transformar rapidamente o país. Em contato com a realidade porém, foram-se apercebendo pouco a pouco que esta era menos moldável do que esperavam, que a sociedade brasileira possuía uma estrutura, um caráter e um ritmo que lhe são próprios, os quais não podem ser mudados de uma hora para outra, através de algumas reformas superficiais e de um sistema policial de cassações indiscriminadas de direitos políticos e de supressão de liberdades. O resultado disto foi o desencantamento do grupo militar e a perda daquela precária unidade ideológica conseguida com a Revolução.

Em consequência disso, os dois pilares da ideologia idealista revolucionário-militar: o moralismo, traduzido no combate à corrupção, e o anticomunismo, expresso na luta contra a subversão, entraram em processo de diluição e amaciamento. Este fato se acentuou à medida que foi ficando claro que a sinceridade da cúpula governamental em relação ao combate à subversão e, especialmente,

à corrupção estava longe de ser total. No episódio das cassações em especial, ficou em diversos casos claríssimo que, sob a cobertura do combate à subversão ou à corrupção, o que se objetivava realmente, era a segurança da permanência no poder do grupo governamental. E é claro que esta falta de sinceridade ideológica foi pouco a pouco contribuindo para desmoralizar a caça às feitiças que os militares da chamada “linha dura” realizavam em nome da “ideologia revolucionária”.

Este processo de desencantamento e perda de entusiasmo por parte dos militares, e de perda de unidade, diluição e amaciamento da ideologia revolucionário-militar resultaram, naturalmente, em perda relativa do poder por parte dos militares, na medida em que estes se dividiam, esmoreciam em sua atividade e se desorganizavam. Ganhavam assim, relativamente, poder os grupos civis, embora ainda permanecessem nos primeiros meses do Governo Costa e Silva em uma posição tipicamente subordinada. Um sintoma dessa relativa recuperação do poder civil estava na crescente preocupação do Governo Costa e Silva com a opinião pública, a qual fora inteiramente desprezada pelo Governo anterior.

A modificação por que passou a Revolução de 1964 pode também ser confirmada através da análise superficial da personalidade dos dois Presidentes. Enquanto o Presidente Castelo Branco era um homem frio, deliberado, aristocrático em seu desprezo pelo povo, o Presidente Costa e Silva revelou-se um homem emotivo, apaixonado, comprometido com a vida. É claro que personalidades tão diferentes implicariam um estilo de Governo muito diferente. Mais importante, porém, é lembrar que, enquanto o General Castelo Branco era um dos líderes intelectuais da Escola Superior de Guerra, o General Costa e Silva foi um representante típico do “militar de caserna”, tocado apenas superficialmente pelos modelos abstratos e alienados daquela escola.

Finalmente, com o fim do Governo Castelo Branco, o quadro jurídico-institucional modificou-se. Os atos institucionais, com seus poderes discricionários, são substituídos pela nova Constituição, pela lei eleitoral e dos partidos políticos, e pela lei de segurança nacional. Estas, embora nem em suas origens nem em seu conteúdo fossem exemplos de democracia, e, a médio ou longo prazo, representassem um retrocesso político, a curto prazo, quando comparada com o regime ditatorial do Governo Castelo Branco, representavam uma mudança e uma institucionalização que também nos permitem afirmar que a Revolução de 64 perdia vigor.

Provavelmente como uma reação a essa perda de vigor da Revolução de 1964, a essa diluição do poder militar, foi editado em dezembro de 1968 o Ato nº 5. Com essa medida, o Governo assumia novamente todos os poderes. O processo de redemocratização do país era paralisado. Esta medida foi provavelmente tomada menos como uma resposta ao tímido aumento do poder civil, ao início de reorganização das esquerdas, à revolta estudantil que, deflagrada em todo o mundo, ocorria também no Brasil, e mais como uma tentativa do grupo militar dirigente de conservar o poder e reunir forças para realizar uma tarefa que não fora terminada.

Aqui, porém, está o grande problema da Revolução de 1964, ao qual o Ato nº 5 deu novo alento. Esta tarefa não estava definida. A Revolução partiu de uma ideologia essencialmente negativa — o combate à subversão e à corrupção. Havia também objetivos positivos teoricamente estabelecidos — particularmente a segurança nacional e o desenvolvimento econômico. O primeiro desses objetivos, porém, acabava por se definir também negativamente, em termos de combate à subversão. Um aspecto positivo, a afirmação de uma ideologia nacionalista, embora tenha feito alguns progressos no Governo Costa e Silva, em relação ao Governo Castelo Branco, cuja posição era claramente colonialista, não chegou a se definir. E o desenvolvimento econômico continuava a ser definido em termos muito genéricos. Já não se podia mais dizer, como fora lícito fazê-lo em relação ao Governo anterior, que o desenvolvimento econômico fora subordinado à política de combate à inflação. Mas também não conseguia se transformar em um objetivo que reunisse todos os esforços da nação.

Nesses termos, e apesar dos inegáveis êxitos da política econômica do Governo Costa e Silva, continuava faltando ao país um verdadeiro projeto nacional, que fosse capaz de sensibilizar amplas parcelas da população.

Em um certo momento pareceu possível, dada a constituição do Governo Costa e Silva, que esse projeto poderia eventualmente se definir em termos de uma bandeira nacionalista e voltada para o desenvolvimento, mas tal possibilidade não se confirmou. Nesses termos, no momento em que o Ato nº 5 era editado, o País entrava em um novo capítulo de sua crise política, sem que um projeto nacional abrisse perspectivas otimistas para o futuro. O diálogo democrático, interrompido em 1964, mas que, em seguida, pouco a pouco, ganhava alento, foi novamente eliminado. Como resultado, teve início mais uma onda de radicalização, com os grupos mais

extremados da direita e principalmente da esquerda partindo para a ilegalidade, em face à impossibilidade de agir através de canais institucionalizados. A crise brasileira mais uma vez ganhava todos os seus contornos.

Mudanças na política econômica. Também nesse setor houve modificações significativas. No plano preliminar do Governo, já publicado, é feito um diagnóstico da economia brasileira no qual está implícita uma severa crítica ao Governo Castelo Branco. Seu resumo apresentado no próprio documento é o seguinte:

“I — DEBILITAMENTO DO SETOR PRIVADO, resultante:

- 1) do agravamento do problema de liquidez;
- 2) da queda da demanda, verificada em grande número de setores.

A redução de liquidez, que dificultou a manutenção da produção a níveis próximos da plena capacidade, resultou, por sua vez:

- a) da expansão rápida de certos custos, especialmente financeiros (juros), de tarifas e preços de serviços públicos, ônus tributários e encargos sociais;
- b) do controle quantitativo do crédito;
- c) da elevação do custo médio de produção, ligada à queda de demanda em vários setores;
- d) da injeção maciça de papéis do Governo no mercado de capitais, em condições extraordinariamente atraentes.

A queda da demanda, em grande número de setores, foi provocada:

- a) pela redução dos níveis de salários médios reais;
- b) pela queda da renda disponível, resultante do aumento da carga tributária (sem o correspondente aumento de dispêndios públicos);
- c) pelo aumento autônomo dos preços de certos serviços, importantes na composição do dispêndio dos assalariados;
- d) pela queda da produção agrícola em 1966;
- e) pela redução no nível dos investimentos privados.

Os setores foram atingidos em graus diversos pela insuficiência de procura ou de capital de giro: os setores mais dependentes da demanda governamental apresentaram melhores condições relativas de vendas e liquidez; os setores mais dependentes da procura privada, principalmente dos assalariados, enfrentaram sérios problemas conjunturais, agravando uma situação de longo prazo já bastante difícil.

II — PRESSÃO EXCESSIVA EXERCIDA PELO SETOR PÚBLICO, sob várias formas.

O impacto global sobre o sistema, decorrente do esforço realizado pelo Governo anterior, no sentido de corrigir distorções na economia e preparar o setor público para grandes programas de investimentos, parece haver sido excessivo; se é verdade que declinou a participação da despesa orçamentária no produto, o reajustamento drástico das tarifas e dos preços de empresas públicas e a criação de novas contribuições (como o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço) transferiram, em prazo relativamente curto, do setor privado para o setor público, um volume de recursos que reduziu excessivamente a renda disponível dos consumidores e a liquidez das empresas".¹⁰⁴

Este quadro, cujas cores sombrias foram evidentemente agravadas pela política do Governo anterior, resultou fundamentalmente em uma formulação da estratégia de combate à inflação, em termos muito inteligentes, que fazem honra ao novo grupo de técnicos que assumiu o controle econômico do país.

Basicamente, a inflação foi definida como sendo de custos e não de procura, nos termos em que vinha sendo atacada pelo Governo Castelo Branco. Afirma o plano governamental, logo após o diagnóstico acima apresentado, que esse quadro explica a característica recente do processo inflacionário brasileiro, que, de uma fase de predominante expansão da demanda, com níveis elevados de utilização de capacidade produtiva, passou a uma fase de predominante expansão de custos, com níveis acentuados de capacidade

(104) *Diretrizes do Governo — Programa Estratégico de Desenvolvimento* — Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, julho de 1967, pp. 20-21.

ociosa. Nesta última fase, a inflação prosseguiu, apesar da retração da demanda, devido à influência da elevação autônoma de certos custos, da elevação da taxa de juro, do aumento do custo médio resultante de menores vendas e da ação das expectativas.¹⁰⁵ O Sr. Delfim Netto, Ministro da Fazenda, e evidente inspirador principal dessa reformulação, já havia declarado anteriormente que “a presente inflação brasileira dificilmente poderá ser compreendida nos esquemas teóricos da pura inflação de demanda ou pura inflação de custos. A experiência indica que essas duas formas de tensões têm surgido com a prevalência ora de uma, ora de outra. Na verdade, a pressão autônoma de custos esteve sempre presente no processo inflacionário, oculta, no entanto, pela magnitude dos efeitos derivados da demanda. Tais tensões continuaram a se agravar pela própria natureza de combate à inflação”.¹⁰⁶

O acerto básico do diagnóstico é indiscutível. Sem dúvida, a análise poderia ter ido um pouco mais fundo. Os envoltimentos políticos do Governo, porém, naturalmente, devem ter impedido esta análise. De um lado, por exemplo, fez-se sempre questão de afirmar que a modificação da estratégia de combate à inflação resultou de uma mudança da conjuntura econômica, não implicando crítica ao Governo anterior. Ora, não há dúvida de que houve mudança da conjuntura, mas esta mudança já havia claramente ocorrido quando o General Castelo Branco e seu Ministro do Planejamento assumiram o poder. Já vivíamos em regime de capacidade ociosa pelo menos a partir do início da Crise Brasileira, como vimos ainda neste capítulo. Por outro lado, na determinação dos custos que implicaram a inflação de custos, vimos no início deste capítulo, quando examinamos a inflação brasileira como uma das causas econômicas a médio prazo da Crise Brasileira, que o fator mais importante era o lucro, ou seja, o custo do capital próprio. Ora, este custo foi esquecido na análise oficial.

De qualquer forma, porém, não há dúvida de que o Governo Costa e Silva teve o grande mérito de, pela primeira vez, ter diagnosticado em termos oficiais a inflação brasileira como sendo de custos. E as medidas que passou a tomar são, sem dúvida, coerentes com esse diagnóstico. Boa parte das medidas econômicas do Governo

(105) *Idem*, p. 21.

(106) Antônio Delfim Netto, “Discurso no Clube da ADECIF”, em *O Estado de S. Paulo*, 9 de junho de 1967. Esta posição está claramente baseada nas idéias de Ignácio Rangel, cuja *A Inflação Brasileira* o Ministro leu em seminário na USP em 1964.

passaram a ter como objetivo estimular a procura, ao invés de coarctá-la como fizera o Governo anterior.

Os resultados da política econômica iniciada pelo Sr. Delfim Netto mostraram-se positivos. Definindo a inflação principalmente como sendo de custos e apenas secundariamente como de demanda, o Governo não teve receio de tomar medidas, ainda que sempre limitadas, para estimular a procura. Nesses termos, a política salarial foi reformulada, procurando-se compensar as perdas que os assalariados haviam sofrido com a subestimação do resíduo inflacionário. A política de crédito revelou-se mais flexível. Os investimentos governamentais continuaram em nível elevado. O estímulo à procura permitiu que as empresas aumentassem sua produção e que os níveis de emprego fossem restabelecidos. Entrava, assim, a economia em um processo cumulativo de prosperidade, em que o aumento da procura estimulava a produção e esta, por sua vez, voltava a estimular a procura. Os lucros das empresas aumentavam, de forma que estas não tinham mais aquela necessidade de aumentar seus preços para cobrir seus custos.

O Governo, por sua vez, coerente com sua definição da inflação, estreitava cada vez mais os controles administrativos sobre os preços industriais. Se a inflação é de custos, isto é sinal de que os preços estão sendo estabelecidos em termos monopolísticos. Nesta circunstância, portanto, não tem sentido pretender combater a inflação com severas restrições à demanda. É preciso liberá-la, ao mesmo tempo em que um severo controle dos custos e preços industriais é estabelecido, com a adoção de técnicas modernas de verificação (e não o velho tabelamento de preços, que acabava sempre por ser burlado) das variações de custo ocorridas e dos aumentos de preço pretendidos, que serão ou não autorizados pelo poder público. Esta política foi adotada através da criação do Conselho Interministerial de Preços, que controlava custos e preços das 350 maiores indústrias brasileiras, precisamente o setor oligopolista da economia. Além disso, o *deficit* do Governo era contido dentro de estreitos limites, e o crédito bancário controlado, de forma que, ao mesmo tempo em que entrávamos em um período de relativa prosperidade, a inflação se reduzia para quase a metade da verificada em 1965 e 1966, girando em torno de 25% em 1967 e 1968, e caindo ainda mais em 1969.

Em relação à redução do *deficit* do Governo e das emissões de papel-moeda, é preciso salientar que isto foi em parte possível graças ao saneamento financeiro ocorrido durante o Governo Cas-

telo Branco. Já vimos que este Governo teve um nítido sentido antidesenvolvimentista. Devemos, porém, admitir que o combate à inflação que realizou, ainda que equivocadamente, não distinguindo inflação de custos da de demanda, e exagerado, agravando a crise econômica e atrasando o desenvolvimento brasileiro, teve como mérito facilitar o trabalho do Governo Costa e Silva em conter o *deficit* de caixa. Os principais fatores de permitiram esta contenção, porém, foram originados no próprio Governo Costa e Silva. De um lado, houve novo aumento dos impostos, e, de outro, a prosperidade possibilitou maior arrecadação, de forma também a permitir a redução do *deficit*. Além disso, é preciso salientar que o *deficit* governamental, muito mais do que uma causa, é uma consequência da inflação. Na medida em que o Governo conseguia reduzir a taxa inflacionária (de custos) através do estímulo à demanda e ao controle dos preços, tornava-se mais fácil controlar o *deficit* de caixa e as emissões, evitando-se, assim, que a espiral inflacionária ganhasse fôlego.

Outro aspecto positivo da conjuntura econômica no Governo Costa e Silva, além da redução da taxa de inflação, era o aumento das exportações. Estas foram elevadas em 1967, atingiam um recorde de 1.890 milhões de dólares em 1968, e tudo indicava que em 1969 superariam a casa dos dois milhões de dólares. Além da situação econômica internacional favorável, um fator que sem dúvida teve uma influência positiva sobre as exportações, principalmente as exportações de manufaturados, foi o estabelecimento pelo Ministro da Fazenda, em 1967, de uma taxa cambial móvel. Esta política de minidesvalorizações cambiais, além de limitar a especulação, deu uma segurança muito maior aos exportadores, que não ficavam arriscados a ver, de repente, que os produtos que exportavam haviam se tornado gravosos.

A recuperação da economia. Vimos que a taxa de crescimento da renda, que se mantivera em níveis extremamente elevados até 1961, começou a cair verticalmente a partir de 1962. O período de 1963 a 1965 foi de grave crise econômica. A renda *per capita* brasileira cresceu a taxas negativas nesses três anos. De um modo geral, o desempenho da economia brasileira, entre 1962 e 1967, é bastante desfavorável. Especialmente a partir de 1968, porém, entramos em uma fase de decidida recuperação econômica. Nesse ano, em 1969 e em 1970 a renda cresceu às elevadas taxas de 8,4%, 9% e 9,5%, respectivamente.

Quadro XI
TAXA DE CRESCIMENTO DO PNB

| | |
|------|-------|
| 1960 | 9,7% |
| 1961 | 10,3% |
| 1962 | 5,3% |
| 1963 | 1,5% |
| 1964 | 2,9% |
| 1965 | 2,7% |
| 1966 | 5,1% |
| 1967 | 4,8% |
| 1968 | 8,4% |
| 1969 | 9,0% |
| 1970 | 9,5% |
| 1971 | 11,3% |

Fonte: Dados revistos da Contabilidade Nacional Brasileira, apurados pela Equipe da Renda Nacional da Fundação Getúlio Vargas. Ver *Conjuntura Econômica*, janeiro 1970 e janeiro 1971. Os dados de 1971 são estimativas do Ministério da Fazenda, realizadas em dezembro desse ano.

Durante o ano de 1971, apesar da recessão que ocorria nos Estados Unidos, a atividade econômica continuava firme no Brasil, o nível dos investimentos mantinha-se elevado, as exportações prometiam girar em torno de três milhões de dólares, as exportações de manufaturados apresentavam grande crescimento, o *deficit* de caixa do Governo estava controlado, e os preços cresciam a uma taxa decrescente. A taxa de crescimento da renda era estimada em 11,3%.

A débil tradição democrática brasileira

Entretanto, se do ponto de vista econômico, a crise estava superada, o mesmo não pode ser dito do ponto de vista político. Em fins de 1969, o país é abalado pela morte do Presidente Costa e Silva. Sucede-o um outro militar, o General Garrastazu Médici, escolhido por um conselho de militares. O país continuava sob regime de exceção. À ditadura, os grupos mais radicais de esquerda, desorientados e sem perspectivas, respondiam com o terrorismo. E, ao terrorismo, a polícia retrucava, muitas vezes, com a violência. Os escalões mais altos do governo faziam tentativas no sentido de

eliminar esse fenômeno, mas não chegavam a aprofundar sua campanha, dadas as resistências das bases policiais. E o terrorismo, apesar de sucessivas derrotas, que revelavam sua fraqueza e sua falta de apoio na população, continuava relativamente ativo, embora cada vez mais enfraquecido.

Por outro lado, a juventude, os intelectuais, as lideranças políticas, continuavam mudos. O diálogo democrático permanecia rigorosamente fechado. O regime militar ditatorial, que era disfarçado até dezembro de 1968, torna-se declarado a partir de então. Vivemos sob a égide do Ato nº 5.

Não obstante, conforme a vitória do partido do Governo nas eleições de 1970 revelará, o regime militar consegue aos poucos construir uma imagem favorável de seu governo junto às massas populares. A vitória do Brasil no campeonato mundial de futebol de 1970 ajuda-o bastante. Mais importantes, porém, são dois fatores: de um lado, a débil educação democrática do povo brasileiro, e de outro, a tentativa do governo de formular um projeto nacional.

A falta de educação democrática do povo brasileiro fá-lo aceitar, com grande facilidade, os governos fortes. Este fenômeno não ocorre apenas ao nível das classes mais baixas. Estas, analfabetas, miseráveis e marginalizadas, não chegam a ser contadas no processo político. A classe operária e a baixa classe média urbana, porém, revelam também uma grande falta de espírito democrático. O problema está relacionado com as origens artificiais do liberalismo político brasileiro. A tradição liberal no Brasil, ao contrário do que aconteceu nos Estados Unidos ou na Inglaterra, jamais envolveu a maioria de sua população. O liberalismo foi sempre uma ideologia importada.

Até 1930, enquanto dominou no país uma oligarquia agrário-comercial, o liberalismo econômico e político era a ideologia dessa classe, a qual, todavia, jamais a praticou no plano político. Adotava-o no plano econômico como uma forma de manutenção do *status quo* colonial no Brasil. O liberalismo econômico, o *laissez-faire*, impedia que o governo realizasse uma política intervencionista e protecionista, com o objetivo de industrializar o país. Nesses termos, o liberalismo econômico transformava-se em uma arma poderosa para a oligarquia agrário-comercial manter no país um modelo de economia dependente, primário-exportador, no qual todos os benefícios ficavam reservados para essa mesma oligarquia e para o imperialismo dos países industrializados.

O liberalismo político entrava nesse esquema como um apêndice. O sistema político era efetivamente oligárquico, baseado no poder dos grandes latifundiários e do alto comércio exportador de produtos primários e importador de manufaturados. Havia lugar para o liberalismo econômico, não para o liberalismo político. Nesses termos, este sobrevivia artificialmente, cultuado nas Faculdades de Direito, em que dominavam a classe média e uma parte dos filhos da classe alta. Sobrevivia na medida em que era a ideologia dominante na Europa, e porque era coerente com o liberalismo econômico, completando-o. Não representava, todavia, nem os interesses nem as convicções profundas da nação como um todo, ou mesmo de alguns de seus setores sociais significativos.

As transformações econômicas, sociais e políticas por que passa o país a partir de 1930 — e que chamamos neste livro de Primeira Fase da Revolução Brasileira — não foram de molde a resolver esse problema. Sem dúvida, o caráter antinacional do liberalismo econômico é denunciado e seus defensores marginalizados do processo político e econômico do país. Este é um dos sentidos da Revolução de 1930, que é confirmado pela de 1964. Ambas as revoluções, porém, além de negarem o liberalismo econômico, negam também o liberalismo político. Não é surpreendente, portanto, a falta de educação democrática do país. Entre 1930 e 1964, particularmente, o liberalismo político, em conjugação com o liberalismo econômico, era defendido pelos grupos sociais e políticos que haviam dominado o país até 1930. O liberalismo político, portanto, era especialmente defendido pelas forças mais retrógradas da nação, que não hesitavam em negá-lo e apelar para as Forças Armadas, todas as vezes que viam seus interesses arriscados.

Certamente, havia também defensores do liberalismo político entre os grupos progressistas que emergiam no país nesse período. Foi isto, inclusive, que permitiu que tivéssemos um período de governo democrático entre 1945 e 1964. Mas esses grupos — a classe operária, os empresários industriais, os intelectuais, os estudantes, a nova classe média — estavam mais preocupados em definir uma ideologia nacionalista, industrializante e economicamente intervencionista, do que em defender as liberdades democráticas. Os intelectuais de esquerda no Brasil, em especial, até 1964, pouco se preocuparam em formular e defender uma ideologia política liberal, em que a liberdade política fosse um valor essencial. Na verdade, a liberdade teve até 1968 poucos defensores autênticos no Brasil.

Compreende-se, portanto, por que falta espírito democrático ao povo brasileiro, e por que um governo forte pode ser popular.

Mas além deste elemento negativo — a falta de espírito democrático do povo — há um elemento positivo para explicar o fenômeno da popularidade do Governo. Referimo-nos à tentativa de formulação de um projeto nacional para o país. Após 1964, o Governo Castelo Branco foi marcado por dois lemas de caráter negativo: o combate à subversão e à corrupção. Este tipo de apelo conservador e moralista não podia, naturalmente, encontrar repercussão popular. Entretanto, depois da transição representada pelo Governo Costa e Silva, durante o Governo Médici, a ênfase da mensagem governamental perde seu caráter negativo e adquire um cada vez mais afirmativo. Um nacionalismo ainda impreciso e mal definido começa a surgir, com o apoio das bases militares, que eram tradicionalmente nacionalistas, mas que haviam visto negada essa tradição durante o Governo Castelo Branco—Roberto Campos.

O novo nacionalismo brasileiro confunde-se ainda muito com patriotismo. Transparece na preocupação com a bandeira, com o hino nacional, com os programas de moral e civismo. Deixa-se entrever no novo desenvolvimento do Governo, que agora procura subordinar tudo à construção de um país economicamente grande e poderoso. Expressa-se através da política externa do café e do café solúvel, da política de fretes marítimos e na política da pesca. Tem uma manifestação clara no projeto da rodovia Transamazônica, cujo principal objetivo é o de garantir a soberania nacional sobre aquela região. Além disso, a Transamazônica representa uma tentativa de mobilização do povo brasileiro, da mesma forma que Brasília e a construção da rodovia Belém—Brasília exerceram esse papel durante o Governo Kubitschek.

Uma ideologia nacionalista e um projeto nacional começam, portanto, a ser esboçados. Os militares brasileiros, nesse momento, começam a reencontrar sua vocação nacionalista. Esse nacionalismo, porém, ainda não se definiu, na medida em que não tomou uma posição em relação ao capital estrangeiro, e à dependência econômica, política e cultural aos Estados Unidos e à Europa Ocidental. Por enquanto, sob influência das lideranças tecnocráticas, o Governo vem adotando uma atitude pragmática, sem radicalismo, que dificulta a formulação de uma ideologia efetivamente nacional. Na verdade, a estratégia do grupo tecnoburocrático no poder está baseada claramente em uma aliança entre o governo e o capitalismo nacional e internacional. Nessa aliança o governo não é mais ele-

mento subordinado. Pelo contrário, é um elemento ativo, que procura, através dessa aliança, uma maior taxa de crescimento da renda no País.

A distribuição da renda e a recuperação da economia¹⁰⁷

Conforme vimos, as causas da crise econômica por que passou o Brasil entre 1962-67 estão claramente relacionadas com o esquema de redistribuição da renda. A tendência à concentração da renda nas mãos da classe capitalista, a partir de meados dos anos cinquenta, causada pela crescente capital-intensividade dos investimentos realizados, mantinha a economia em um permanente estado de subconsumo. A debilidade da demanda agregada, no que se refere ao consumo, não podia ser facilmente compensada por investimentos particulares, já que estes, em última análise, estão relacionados com a capacidade de consumo da população. Em uma economia fechada (como era a nossa do ponto de vista de produção industrial) todo investimento vai resultar, a curto ou a longo prazo, em um aumento da oferta de bens de consumo, que necessitam encontrar mercado. Ora, o momento em que se esgotaram as oportunidades de substituição de importações coincidiu com um processo de concentração da renda, que vinha dificultar gravemente o crescimento do mercado de bens de consumo necessário à manutenção, em nível elevado, da demanda agregada.

Celso Furtado constatou, inicialmente, este fenômeno em *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*,¹⁰⁸ em que desenvolveu as bases da chamada "tese da estagnação da América Latina". Esta tese foi por nós em parte adotada quando fizemos a análise do círculo vicioso estrutural do subdesenvolvimento brasileiro. Em seguida, e coerentemente com o diagnóstico que havia realizado anteriormente, Celso Furtado, em seu livro *Um Projeto*

(107) Esta análise foi publicada na revista *Visão*, novembro de 1970, e agora incluída na terceira edição deste livro. Entramos, depois em contato com trabalho de Maria Conceição Tavares e José Serra, "Mas Allá del Estancamiento, una Discusión sobre el Estilo del Desarrollo Reciente de Brasil", *Trimestre Económico*, vol. 33, n.º 152, outubro-dezembro 1971. No último subcapítulo deste livro, também escrito para a terceira edição, *O Novo Modelo Brasileiro de Desenvolvimento*, usaremos subsídios desse notável trabalho.

(108) Celso Furtado, *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*, Civilização Brasileira, 1966, Rio de Janeiro, pp. 77-81.

Quadro XII
PERFIL DA DEMANDA GLOBAL NO BRASIL

| Grupos | % da população | População (1.000) | Renda per capita (dólares) | Renda Total (1.000 dólares) | % da renda |
|--------|----------------|-------------------|----------------------------|-----------------------------|------------|
| 1º | 50% | 45.000 | 130 | 5.850 | 18,6 |
| 2º | 40% | 36.000 | 350 | 12.600 | 40,1 |
| 3º | 9% | 8.100 | 880 | 7.128 | 22,7 |
| 4º | 1% | 900 | 6.500 | 5.850 | 18,6 |
| | 100% | 90.000 | 350 | 31.428 | 100,0 |

para o Brasil,¹⁰⁹ fez uma proposta para superação da crise econômica, baseada em um esquema de maior participação do Estado na economia e de distribuição de renda.

Nesse trabalho apresenta-nos Celso Furtado inicialmente um quadro, baseado em dados da CEPAL, sobre a distribuição da renda, ou perfil da demanda global, no Brasil, admitindo-se uma população de 90 milhões de habitantes e uma renda *per capita* de 350 dólares.

Vemos pelo Quadro XII que a concentração de renda é um fenômeno marcante da economia brasileira. 50% da população vive praticamente ao nível da subsistência, com uma renda *per capita* de 130 dólares. Esses mesmos 50% da população têm uma participação na renda equivalente (os dados são, evidentemente, aproximações) ao 1% mais rico da população.

Partindo desses dados, e da constatação de que o recente processo de concentração de renda está na base da crise econômica brasileira, Celso Furtado propôs uma política econômica de redistribuição da renda. Esta política seria executada através de um grande aumento da carga tributária sobre os 10% mais ricos da população. Isto implicaria uma redução de 25% na renda *per capita* do 4º grupo, que teria sua renda reduzida de 6.500 para 4.875 dólares, e em uma redução de 10% na renda do 3º grupo, que teria sua renda *per capita* reduzida para 792 dólares. Por outro lado, Celso Furtado estima uma propensão marginal a consumir de 80% para o 4º grupo, e de 100% para o 3º grupo. Nesses termos, dos

(109) Celso Furtado, *Um Projeto para o Brasil*, Editora Saga, 1968, Rio de Janeiro, pp. 37-42 e 49-58.

1.625 dólares *per capita* retirados do 4º grupo, a poupança líquida seria de 80% desse valor, ou seja, 1.300 dólares, já que os restantes 325 dólares deixariam de ser poupados pelo 4º grupo. Em outras palavras, o Governo pouparia 1.625 dólares, mas o 4º grupo deixaria de poupar 325. Já em relação ao 3º grupo, os 10% de imposto seriam inteiramente transformados em poupança do Governo, ou seja, haveria uma poupança de 88 dólares *per capita*. Dada a população dos dois grupos (900 000 para o 4º grupo e 8 100 000 para o 3º grupo), temos que haveria um aumento na poupança de 1.882.800 dólares ($1.300 \times 900\,000$ mais $88 \times 8\,100\,000$), correspondente a cerca de 6% da renda.

Este aumento da poupança, através do aumento da carga tributária, seria transformado em grandes investimentos públicos, altamente trabalho-intensivos. Cresceriam o emprego e os salários no primeiro e no segundo grupo. Com o aumento da participação na renda desses grupos, cresceria a procura por bens de consumo simples, demandados por esses grupos e geralmente produzidos segundo técnicas trabalho-intensivos. O resultado seria novo aumento do emprego, até a eliminação do desemprego aberto e disfarçado ainda existente no país.

Esta proposta de Celso Furtado é extremamente atrativa, porque parte de uma análise objetiva da crise econômica brasileira e apresenta soluções socialmente favoráveis, na medida em que implicam distribuição da renda. É uma proposta economicamente viável, ainda que radical. Não necessitará ser aplicada abruptamente. Precisarão levar em consideração as reações dos investidores privados, que seriam obrigados a reorientar seus investimentos. Entretanto, esta proposta possui uma limitação básica. É politicamente de muito difícil implantação. Exigiria um governo extremamente forte e independente dos interesses econômicos. Além disso, a proposta não considera suficientemente os efeitos negativos dessa redistribuição de renda sobre a expansão das indústrias tecnologicamente de ponta, que fornecem principalmente para os grupos mais abastados (3º e 4º grupos). Certamente tais efeitos podem ser contornados, mas esta não seria uma tarefa fácil. É sempre mais difícil caminhar contra a corrente. As indústrias tecnologicamente de ponta não só tendem a marcar o ritmo do desenvolvimento econômico brasileiro, mas também é em torno delas que os interesses econômicos mais atuantes politicamente estão concentrados.

Foi provavelmente uma análise deste tipo que levou o economista Antonio Barros de Castro a examinar uma outra alternativa

para a economia brasileira.¹¹⁰ Partindo de um perfil de demanda global semelhante ao apresentado por Celso Furtado, o economista da CEPAL observou que o 1º grupo encontra-se totalmente marginalizado do mercado brasileiro, enquanto que o 2º grupo participa apenas marginalmente desse mercado. Por outro lado, a história da industrialização brasileira é marcada pela produção de bens cada vez mais sofisticados tecnologicamente, destinados a uma parcela cada vez menor da população. No processo de substituição de importações foram inicialmente substituídos bens simples, de consumo geral. É o caso da indústria têxtil e da indústria de alimentação. À medida, porém, que avançava o processo de substituição de importações, as indústrias que permaneciam dinâmicas, com possibilidades de grande crescimento, começavam a produzir bens cada vez mais caros e mais sofisticados tecnologicamente, destinados apenas às classes mais elevadas. O automóvel, o gravador de alta fidelidade seriam exemplos de bens desse tipo.

Sendo corretas essas premissas, dizia Antonio de Castro que, para superar a crise, o país teria que realizar um processo de concentração e não de distribuição da renda. Esta concentração, porém, não deveria limitar-se apenas à classe capitalista, ao 4º grupo. Já vimos que esta foi uma das causas básicas da crise econômica de que estamos saindo. Deveria incluir também a classe média, representada pelo 3º grupo. E poderia ainda alcançar os escalões superiores do 2º grupo, que poderiam ir sendo transferidos para o 3º grupo. O 1º grupo e grande parte do 2º grupo deveriam ser mantidos com sua renda aproximadamente estagnada. Todos os aumentos de renda deveriam dirigir-se para os grupos intermediários e de altas rendas. Antonio de Castro fazia estas constatações com desagrado, admitindo que socialmente a solução não lhe parecia recomendável. Mas do ponto de vista estritamente econômico, a solução seria concentrar a renda nos grupos intermediários e de altas rendas, na medida em que apenas estes grupos teriam possibilidades de manter em nível alto a demanda dos bens sofisticados, produzidos pelas indústrias dinâmicas do país.

Tudo indica que foi basicamente esta, e não a apresentada por Celso Furtado, a solução pela qual se encaminhou a economia

(110) Esta alternativa foi proposta em uma conferência pronunciada na Universidade Católica de São Paulo, em 1968. Esta conferência não foi publicada, de forma que o autor responsabiliza-se pelas eventuais imprecisões com que apresentou a posição de Antonio de Castro.

brasileira após 1964. Está aí, provavelmente, uma das causas básicas da recuperação da economia do país, a partir de 1967. Esta solução não foi formulada pelos economistas do governo. Não foi, portanto, o resultado de uma política econômica deliberada e consciente. Entretanto, temos boas razões para estabelecer como hipótese — já que pesquisas definitivas sobre o assunto não existem — que a retomada do desenvolvimento que vem ocorrendo no Brasil está calcada em um processo de concentração de renda nas classes médias e altas.

Temos dois tipos de evidência para sustentar esta hipótese. Em primeiro lugar, não há dúvida de que o Governo brasileiro, a partir de 1964, na medida em que é um governo de militares e tecnocratas, é um governo de classe média. Em vista disto vem, consciente ou inconscientemente, realizando uma política que beneficia especialmente a classe média. O programa do Banco Nacional de Habitação constitui um exemplo conspícuo a respeito. O Plano Nacional de Habitação foi formalmente estabelecido para a construção de casas populares. Na prática, porém, transformou-se em um excelente meio de financiamento para casas de classe média. A política salarial do Governo, controlando rigidamente os salários da classe operária, mas deixando liberados os salários da classe média, é outro exemplo altamente significativo.

Por outro lado, em um momento em que as indústrias se tornam cada vez mais automatizadas e capital-intensivas, a tendência natural do mercado seria a de favorecer os grupos intermediários, em prejuízo das classes baixas. Esse tipo de indústria demanda, direta ou indiretamente, pessoal de nível médio em muito maior proporção do que a indústria trabalho-intensiva.

Não nos baseamos, porém, apenas em dados indiretos e em inferências para afirmar que está ocorrendo um processo de concentração de renda no Brasil em benefício dos grupos de rendas médias e altas. Estudo realizado pelo Banco do Nordeste revelou que forte concentração de renda vem ocorrendo nas capitais dos estados do nordeste brasileiro. Segundo essa pesquisa:

— em Recife, os 40% mais pobres da população, que recebiam 16,5% da renda total em 1960 passaram a receber 11,5% em 1967;

— em Salvador, os 20% mais pobres da população, que recebiam 5,3% da renda total em 1960, passaram a receber 3,8 em 1966;

— em Fortaleza, os 20% mais pobres da população que recebiam 8% da renda em 1962, passaram a receber 5,3% em 1965.

O mesmo fenômeno ocorreu em Natal, João Pessoa, Maceió, Campina Grande e São Luís, onde também essa pesquisa foi realizada.

O Quadro XIII apresenta os dados completos a respeito do problema.

Quadro XIII
DISTRIBUIÇÃO DA RENDA SEGUNDO QUINTOS DA POPULAÇÃO
(% sobre totais)

| <i>Cidades</i> | <i>Quintos da População</i> | | | | | <i>Total</i> |
|---------------------|--|-----------------------|-----------------------|-----------------------|--|--------------|
| | <i>1.^a</i> <i>(inf.)</i> | <i>2.^a</i> | <i>3.^a</i> | <i>4.^a</i> | <i>5.^a</i> <i>(sup.)</i> | |
| Recife — out. 60 | | 10,5 | 14,5 | 21,9 | 47,1 | 100,0 |
| mar. 67 | 3,2 | 8,3 | 10,9 | 21,2 | 56,4 | 100,0 |
| Salvador — 1962 | 5,6 | 8,5 | 13,6 | 21,8 | 50,5 | 100,0 |
| ago. 66 | 3,8 | 7,7 | 13,9 | 23,6 | 51,0 | 100,0 |
| Fortaleza — 1962 | 8,0 | 11,2 | 16,0 | 15,0 | 49,8 | 100,0 |
| jul. 65 | 5,3 | 8,8 | 14,4 | 22,5 | 49,0 | 100,0 |
| Natal — nov. 64 | 5,2 | 8,6 | 15,0 | 22,2 | 49,0 | 100,0 |
| jul. 66 | 4,2 | 10,9 | 13,2 | 20,9 | 50,8 | 100,0 |
| Maceió — abr. 64 | | 15,4 | 12,0 | 20,1 | 52,5 | 100,0 |
| mar. 68 | 3,0 | 7,3 | 12,6 | 21,3 | 54,9 | 100,0 |
| J. Pessoa — nov. 64 | 5,6 | 8,1 | 14,8 | 20,7 | 50,8 | 100,0 |
| jul. 67 | 2,8 | 6,5 | 12,9 | 23,7 | 54,1 | 100,0 |
| S. Luís — set. 63 | 5,6 | 11,7 | 15,9 | 22,9 | 43,9 | 100,0 |
| fev. 67 | 4,6 | 8,5 | 13,2 | 21,4 | 52,3 | 100,0 |
| C. Grande — maio 62 | | 16,2 | 13,8 | 21,3 | 48,7 | 100,0 |
| jul. 67 | 2,7 | 5,7 | 11,2 | 20,9 | 59,5 | 100,0 |

Fonte: *Distribuição e Níveis da Renda Familiar no Nordeste Urbano*. Banco do Nordeste do Brasil, 1969, Fortaleza, p. 22. Pesquisa realizada por BNB/ETENE - SUDENE.

Outra evidência a respeito é a relação que vem se verificando entre o salário-mínimo e o salário-médio. Enquanto o primeiro cai, em termos reais, de ano para ano, o segundo tem se revelado ascendente.

A evolução do salário-mínimo real demonstra que o mesmo manteve sua tendência descendente durante toda a década. Tomando-se como base os preços de maio de 1969, o salário-mínimo real, que era de 331,50 cruzeiros em 1959, cai sistematicamente, todos os anos, até alcançar 187,20 cruzeiros em 1970. O Quadro XIV mostra essa queda constante, a qual é especialmente pronunciada de 1964 para 1965, caindo 20%, apenas nesse ano.

Em contrapartida, dados da Fundação IBGE, publicados na revista *Visão* (23-5-70), revelam que o salário médio real vem apresentando tendência ascendente no Estado de São Paulo. A preços de fevereiro de 1969, o salário médio real, que era de 405,66 cruzeiros em 1965, subiu para 534,05 cruzeiros em 1970, conforme podemos observar pelo Quadro XV.

Finalmente, este processo de concentração de renda era confirmado de forma definitiva pelo censo de 1970. Verificou-se então

Quadro XIV
SALÁRIO MÍNIMO REAL

| <i>Mês e Ano</i> | <i>Salário Mínimo Nominal — Cr\$</i> | <i>Deflator Índice Custo de Vida 1965/67: 100</i> | <i>Salário Mínimo Real Cr\$ preços de maio de 1969</i> |
|------------------|--------------------------------------|---|--|
| 1-1959 | 5,90 | 4,04 | 331,50 |
| 10-1960 | 9,44 | 7,08 | 302,65 |
| 10-1961 | 13,216 | 10,1 | 297,02 |
| 1-1963 | 21,00 | 16,3 | 292,55 |
| 2-1964 | 42,00 | 34,1 | 279,55 |
| 3-1965 | 66,00 | 64,9 | 230,80 |
| 3-1966 | 84,00 | 90,1 | 211,60 |
| 3-1967 | 105,00 | 122 | 195,36 |
| 3-1968 | 129,60 | 151 | 194,83 |
| 5-1969 | 156,00 | 187 | 189,37 |
| 5-1970 | 187,20 | 227 | 187,20 |

Fonte: Fundação Getúlio Vargas, Índice de Custo de Vida do Rio de Janeiro.

Quadro XV
SALÁRIO MÉDIO NO ESTADO DE SÃO PAULO

| <i>Mês e Ano</i> | <i>Salário Médio Nominal — Cr\$</i> | <i>Deflator</i> | <i>Salário Médio Real Cr\$ (preços fevereiro / 1969)</i> |
|------------------|-------------------------------------|-----------------|--|
| 3-1965 | 119,7 | 64,9 | 405,66 |
| 3-1967 | 219,55 | 122 | 466,00 |
| 3-1968 | 267,82 | 147 | 400,66 |
| 5-1969 | 400,48 | 187 | 470,96 |
| 2-1970* | 534,05 | 220 | 534,05 |

(*) Os dados disponíveis são de fevereiro de 1970.

que, enquanto em 1960, os 5% mais ricos da população recebiam 37% da renda, em 1970 essa porcentagem havia subido para 45%.

A conclusão que podemos tirar daí é muito simples, confirmando a nossa hipótese inicial: está-se realizando um processo de concentração de renda da classe média para cima. O salário mínimo é uma indicação, ainda já imperfeita, da remuneração das camadas mais pobres da população. Segundo dados do Ministério do Trabalho, em São Paulo, a cidade mais rica do Brasil, cerca de 30% dos empregados recebem salário-mínimo. Já o salário-médio é influenciado, de um lado pelo salário-mínimo, e de outro, pelos salários elevados, que são pagos aos operários especializados, aos mestres, aos técnicos, ao pessoal de escritório, aos engenheiros, às funções técnicas e burocráticas típicas da classe média, desde a baixa classe média até a alta classe média. Se o salário-mínimo cai e, mesmo assim, o salário-médio cresce, é óbvio que isto está ocorrendo devido a uma redistribuição de renda em favor daqueles que recebem os maiores salários.

É certo que também se poderia explicar o fenômeno com a hipótese de que o salário-mínimo é cada vez menos significativo, na medida em que as indústrias passam a pagar acima do salário-mínimo a seus operários e empregados. Entretanto, embora seja correta a afirmação de que já há um grande número de empresas pagando acima do salário-mínimo, este continua uma base ou referência para o estabelecimento dos salários dos trabalhadores não-especializados ou semi-especializados. A hipótese de concentração de renda nos níveis salariais mais elevados, portanto, além de estar

coerente com a análise que estamos realizando, parece muito mais significativa para explicar as tendências inversas que o salário-mínimo e o salário-médio vêm apresentando.

Desenvolvimento das indústrias dinâmicas

Este processo de concentração de renda garantiu a manutenção do mercado em níveis elevados para as indústrias dinâmicas, tecnologicamente de ponta. A indústria automobilística, por exemplo, que vem sendo a base do movimento de recuperação do desenvolvimento econômico brasileiro, tem apresentado taxas elevadíssimas de desenvolvimento (a produção de automóveis aumentou em 5,6% em 1969, passando de 112 844 automóveis produzidos em 1968 para 183 367 em 1969).¹¹¹ Esta indústria independe inteiramente do crescimento da renda do 1º grupo. Para ela, o que interessa é o crescimento do 3º grupo, inclusive pela incorporação de elementos do 2º grupo.

A este processo, que garantia mercado para os bens industriais das indústrias dinâmicas, adicionou-se um outro elemento (além da política conjuntural do Governo) que visava permitir o crescimento da renda, dos investimentos sem um constante processo de redistribuição da renda. Referimo-nos aos estímulos às exportações de manufaturados realizados pelo Governo. Estes estímulos, altamente necessários, têm também a característica de compatilizar concentração de renda e desenvolvimento. Os investimentos podem ser realizados sem que, em última análise, aumente o consumo. Os produtos finais produzidos são exportados, ao invés de consumidos internamente. A importação derivada das exportações pode concentrar-se na compra de matérias-primas e equipamentos destinados a elevar a produção exportável. E assim entramos em um ciclo em que o sistema capitalista se mantém dinâmico, independentemente de redistribuição da renda e elevação do consumo interno.

A recuperação da economia brasileira nos anos recentes está portanto, em suas bases, relacionada a dois fenômenos ligados à distribuição da renda. De um lado, temos o fenômeno previsto por Antonio de Castro, que concentrou renda nas classes médias; de

(111) Cf. *Conjuntura Econômica*, janeiro de 1970, p. 34.

outro lado, temos os estímulos às exportações, que compatibilizaram desenvolvimento com concentração de renda. Ambos os fenômenos podem ser considerados negativos do ponto de vista social. Neste trabalho, porém, não estamos realizando um estudo de crítica social. Estamos simplesmente fazendo uma análise do desenvolvimento brasileiro. E o desenvolvimento é um fenômeno histórico ao qual não devem ser atribuídas conotações valorativas. Este é um erro muito freqüentemente cometido. Pretende-se que só há desenvolvimento econômico quando toda a população está beneficiada, através de um processo de distribuição de renda. Infelizmente (permitam-nos esta interferência valorativa), esta afirmação não é correta. É produto de um tipo de raciocínio idealista, ao invés de histórico. A revolução industrial inglesa, por exemplo, foi, historicamente, um processo de grande desenvolvimento econômico. Ao mesmo tempo, foi um período de concentração de rendas e de pauperização das classes camponesas, obrigadas a transformar-se em operários. Foi necessário um século para que esta tendência se invertesse, e começasse a ocorrer uma efetiva elevação do padrão de vida da classe operária inglesa.

Isto não significa que, em pleno século XX, dois séculos depois da Revolução Industrial inglesa, devamos repetir a mesma experiência. Entre 1930 e 1955, por exemplo, acreditamos que este fenômeno de concentração de renda não chegou a ocorrer no Brasil. A partir de meados dos anos cinquenta, porém, tudo indica que o desenvolvimento econômico brasileiro passou a ter por base um processo de concentração de renda nas classes médias e altas. E foi essa concentração um dos fatores básicos que permitiu, depois de um período de crise, que a economia brasileira se recuperasse.

Finalmente, é preciso admitir que esse modelo baseado na concentração de renda e no abandono do 1º grupo, apesar de socialmente injusto, é economicamente viável por um longo período. Enquanto for possível aumentar a renda do 3º e do 4º grupos e transferir elementos do 2º para o 3º grupo, a economia poderá continuar dinâmica, apesar da miséria de mais de 50% da população brasileira.

O novo modelo político¹¹²

Na verdade, tudo indica que o Brasil está entrando em um novo modelo histórico de desenvolvimento econômico e político. Durante o século XIX e até 1930, o Brasil desenvolveu-se de acordo com o modelo primário-exportador. Era um modelo de desenvolvimento voltado para fora, produto do grande desenvolvimento do comércio internacional e da divisão internacional do trabalho ocorridos a partir, principalmente, de meados do século XIX. A partir de 1930, com a crise do sistema capitalista internacional, tem início para o Brasil um novo modelo de desenvolvimento: o modelo de substituição de importações.

A industrialização brasileira realizou-se de acordo com esse modelo de desenvolvimento. A economia voltou-se para dentro. O coeficiente de importações, ou seja, a relação entre as importações e a renda, baixou violentamente. Girava em torno de 22% no fim dos anos vinte e havia caído para aproximadamente 7% no início dos anos sessenta. A industrialização realizou-se com a substituição dos bens anteriormente importados, enquanto que as exportações permaneciam relativamente estagnadas.

Durante todo o transcorrer deste livro não fizemos outra coisa senão analisar esse modelo de desenvolvimento na forma que ele ocorreu no Brasil. Examinamo-lo sob o ponto de vista econômico, político e social. No último capítulo, examinamos o momento em que o modelo de substituição de importações entrou em crise. Analisamos longamente as causas desta crise. Em um determinado momento partilhámos da impressão de que esta era uma crise duradoura estrutural. Parece evidente agora, porém, que essa era uma crise de transição. O momento em que o modelo de substituição de importações maximizava as suas próprias distorções e esgotava suas virtualidades coincidiu com uma série de problemas econômicos conjunturais e com uma revolução política. Todos esses fatores fize-

(112) Este capítulo foi escrito em 1971. Definíamos então as bases do modelo político estabelecido em 1964, o qual baseou-se na aliança da tecnoburocracia estatal com a burguesia local e as empresas multinacionais, com exclusão dos trabalhadores. É preciso, entretanto, salientar que o modelo econômico concentrador de renda, baseado na indústria de bens de consumo durável, que então começávamos a perceber, na verdade instalou-se no Brasil já a partir dos anos cinqüenta, quando as empresas estatais e as empresas multinacionais começam a implantar o setor moderno da economia brasileira. Examinarei posteriormente este fato em *Estado e Subdesenvolvimento Industrializado*, São Paulo, 1977, Editora Brasiliense, pp. 213 e seguintes.

ram desencadear uma crise econômica, entre 1962 e 1967, que serviu de transição para o novo modelo de desenvolvimento econômico e político em que entraria o Brasil.

Já esboçamos as características básicas desse novo modelo econômico nas páginas anteriores, quando fizemos a análise das causas estruturais da recuperação da economia brasileira e as relacionamos com a tendência à concentração da renda nas classes médias e altas. Tentaremos agora realizar uma síntese de suas características principais.

O modelo de substituição de importações está definitivamente superado. O novo modelo de desenvolvimento tem características econômicas essencialmente diversas. O coeficiente de importações não está mais baixando. Pelo contrário, tende a aumentar. Nossa pauta de exportações não permanece estagnada, nem quantitativa nem qualitativamente. Pelo contrário, nossas exportações aumentaram de uma forma dramática a partir de 1966 e nossa pauta de exportações diversifica-se rapidamente, com um grande crescimento da exportação de manufaturados. Alguns produtos estão ainda tendo sua importação sendo substituída pela produção interna, mas o fator dinâmico do desenvolvimento industrial brasileiro deixou de ser o processo de instalação de novos setores industriais e conseqüente substituição das importações por produção nacional. Baseia-se agora no crescimento do mercado interno e externo e no aprofundamento dos setores industriais já instalados.

Da mesma forma, o modelo político de desenvolvimento brasileiro, que prevaleceu entre 1930 e 1961, baseado em uma aliança da burguesia nacional nascente com as correntes populistas e as forças de esquerda, em torno do industrialismo, do nacionalismo e do intervencionismo moderado, entrou em colapso já a partir de fins dos anos cinquenta, conforme analisamos longamente no capítulo IV. A revolução de 1964 preencheu o vácuo político causado pelo colapso daquela aliança política. Adotou inicialmente um projeto liberal,¹¹³ na medida em que foi realizada com a participação da classe média tradicional e dos grupos oligárquicos que representavam a oposição no modelo político anterior. O projeto declarado do Governo Castelo Branco era o de restabelecer rapidamente a demo-

(113) Usamos a expressão "liberal" no sentido clássico e não no sentido norte-americano. Opomos "liberal" a "intervencionista" no plano econômico e a "autoritário" no plano político, e não a "conservador" como geralmente fazem os norte-americanos.

cracia representativa no País e implantar um sistema capitalista liberal, com a redução da participação do Governo na economia. Mas também esse projeto foi rapidamente abandonado.

O modelo político de desenvolvimento que hoje se esboça no Brasil poderia ser chamado de tecnoburocrático-capitalista. Está baseado em uma aliança entre a tecnoburocracia¹¹⁴ militar e civil de um lado, e o capitalismo internacional e nacional do outro. Esta aliança apóia-se, por sua vez, em um modelo econômico de desenvolvimento que se caracteriza pela modernização da economia, pela concentração da renda nas classes altas e médias e pela marginalização da classe baixa.

Na verdade, o modelo econômico e político de desenvolvimento tecnoburocrático-capitalista constitui um todo único que, no plano de abstração em que estamos trabalhando, exige uma análise integrada. Poderíamos também chamar a esse modelo de desenvolvimento de "capitalismo de Estado", mas entendemos que esta denominação retiraria ao modelo grande parte de sua especificidade. Temos, de fato, no Brasil, um modelo de desenvolvimento baseado no controle tecnoburocrático do Governo por parte dos militares, dos técnicos e dos burocratas civis, e no controle capitalista da produção por esse mesmo governo e pelos grupos capitalistas nacionais e principalmente internacionais.

Os militares, que assumiram o poder em 1964, constituem um grupo tecnoburocrático por excelência. Originam-se de uma organização burocrática moderna como são as Forças Armadas. Possuem preparo técnico, administram recursos humanos e materiais consideráveis. Adotam sempre os critérios de eficiência própria da tecnoburocracia. Como não se bastassem, chamaram imediatamente para participar do Governo os tecnoburocratas civis. Estes dois grupos, de origem na nova classe média, a partir especialmente do Governo Costa e Silva, assumiram plenamente as rédeas do Governo, e colocaram como seus objetivos básicos o desenvolvimento econômico e a segurança.

Por outro lado, já a partir de 1964 o capitalismo nacional e internacional fora chamado para participar do sistema. As tendências economicamente liberais da Revolução de 1964 explicam ini-

(114) Para um aprofundamento do conceito e significado da tecnoburocracia consulte-se Luiz Carlos Bresser Pereira, *Tecnoburocracia e Contestação*, Editora Vozes, 1972, Petrópolis. Em 1981, todos os ensaios do autor sobre o assunto foram reunidos em *A Sociedade Estatal e a Tecnoburocracia*, Editora Brasiliense, São Paulo.

cialmente este fato. A idéia inicial era a de realmente entregar o poder ao grupo capitalista, dentro dos moldes clássicos do capitalismo liberal. Entretanto, em pouco tempo o grupo tecnoburocrático verificou que possuía suficiente força e suficiente capacidade técnica e organizacional para se manter no poder em seu próprio nome. Verificou que poderia liberar uma política desenvolvimentista, em estreita aliança com o capitalismo nacional e internacional.

Estavam, assim, estabelecidas as bases do modelo de desenvolvimento tecnoburocrático capitalista para o Brasil. Este modelo baseia-se no grande governo tecnoburocrático e na grande empresa capitalista. O grande governo tecnoburocrático controla diretamente uma imensa parcela da economia nacional, planeja o desenvolvimento, estabelece a política fiscal, monetária, financeira, salarial, habitacional, e intervém diretamente na economia através das grandes empresas públicas. A grande empresa capitalista e a grande empresa pública incumbem-se da produção. Adotam uma tecnologia moderna, recebem estímulos fiscais e creditícios do governo, captam a grande parte da poupança nacional através da obtenção de grandes lucros e, secundariamente, do recurso ao mercado de capitais.

Grande governo tecnoburocrático e grande empresa capitalista complementam-se. O grande governo, além de controlar a economia, em geral, produz energia elétrica, transportes, aço, petróleo, comunicações. A grande empresa capitalista, principalmente, a internacional, controla, por sua vez, a indústria de transformação, particularmente a indústria automobilística, a indústria de bens de capital, a indústria de bens duráveis de consumo, a indústria eletrônica, a petroquímica. Em relação a esta última, e também em relação à mineração e ao setor financeiro internacional, a aliança entre o governo e o capitalismo internacional torna-se explícita, através de acordos firmados pela Petrobrás, pela Vale do Rio Doce e pelo Banco do Brasil.

Esta aliança estabelece as bases de uma nova dependência — de uma dependência tecnológica e política. Não se trata mais da dependência colonialista, antiindustrializante, que caracterizava a aliança da oligarquia agrário-comercial com o capitalismo internacional no século XIX e primeira metade do século XX. Depois que o capitalismo internacional estabeleceu no Brasil suas próprias indústrias, principalmente nos anos cinqüenta, sua oposição à industrialização brasileira naturalmente desapareceu. Continuava a existir uma série de limitações ao nosso desenvolvimento industrial,

especialmente quando houvesse conflito entre os interesses da matriz com os da filial ou subsidiária no Brasil. Continuavam também a existir grupos, como é o caso do café solúvel, que, por não terem tido oportunidade de se estabelecer no Brasil, opunham-se à nossa industrialização. De um modo geral, porém, o capitalismo internacional passou a interessar-se diretamente na industrialização brasileira, na medida em que isto significava excelentes possibilidades de lucros e de acumulação de capital.

Uma segunda característica diferenciadora da nova aliança era a de que esta não coloca o parceiro brasileiro em posição nitidamente subordinada, como era o caso da aliança da oligarquia agrário-comercial com o capitalismo internacional. Na atual aliança o capitalismo nacional é ainda elemento subordinado, tanto ao capitalismo internacional quanto ao governo tecnoburocrático. Este, porém, é parceiro igual. Participa de uma aliança que lhe interessa, na qual ele faz concessões mas à qual ele não se subordina necessariamente. O Governo brasileiro é hoje suficientemente forte e representa com suficiente coerência e coesão os interesses da nova classe média tecnoburocrática para poder desempenhar um papel, no jogo político do poder, em seu próprio nome.

O Governo não é mais um simples representante do poder econômico capitalista, como poderia pretender uma análise marxista ortodoxa. O desenvolvimento sem precedentes, em progressão geométrica, da técnica em geral e da técnica administrativa de dirigir grandes organizações transferiu o poder para a tecnoburocracia governamental. Por outro lado, o crescimento extraordinário do aparelho estatal, seu controle direto de uma quantidade já enorme e sempre crescente de meios de produção, conferiu ainda mais autonomia ao sistema tecnoburocrático.

Nesses termos, o grande governo tecnoburocrático tem hoje condições de ser parceiro e mesmo, até um certo ponto, controlar o capitalismo internacional em sua ação dentro do Brasil. Tem também condições de, apesar dessa aliança, tomar medidas nacionalistas, como aconteceu no caso do café solúvel, dos fretes marítimos, das 200 milhas de mar territorial, da Transamazônica, da limitação ao controle dos bancos pelo capitalismo internacional.

Apesar dessa aliança se realizar entre parceiros relativamente iguais, porém, o modelo não perde suas características de modelo de desenvolvimento dependente. Trata-se de uma nova dependência, que, ao invés de ser colonizante e antiindustrializante, é desenvolvimentista. O desenvolvimento, porém, é feito através da integração

do Brasil no sistema capitalista internacional, do qual ele se transforma em um apêndice sem autonomia tecnológica e sem autonomia em matéria de acumulação de capital. A dependência tecnológica em relação ao exterior acentua-se, na medida em que as empresas estrangeiras, muito naturalmente, não se preocupam em desenvolver uma tecnologia nacional. Por outro lado, através da auferição de altas taxas de lucro pelas empresas estrangeiras, uma parcela crescente da poupança nacional vai saindo do nosso controle, ao mesmo tempo em que se processa um permanente processo de desnacionalização da economia.

O novo modelo econômico

Estas observações finais a respeito do modelo político de desenvolvimento, baseado na aliança da tecnoburocracia governamental com a grande empresa capitalista internacional, nos introduzem ao novo modelo econômico de desenvolvimento em que o Brasil entrou nos últimos anos. Da mesma forma que fizemos com o modelo político, delinearemos apenas os traços fundamentais desse modelo, complementando a análise que realizamos sobre a distribuição de renda e a recuperação da economia.

Do lado da oferta, ou seja, do lado da organização do sistema produtivo, este modelo caracteriza-se pelo fenômeno que Maria Conceição Tavares e José Serra chamam de "heterogeneização progressiva da economia brasileira".¹¹⁵ A economia, ao esgotar-se o modelo de substituição de importações, pode ser dividida grosseiramente em um setor moderno e um setor tradicional. O setor moderno é constituído pelas grandes empresas capitalistas e públicas, seja no setor industrial, seja no financeiro e no comercial. É caracterizado especialmente, embora não exclusivamente, pelas indústrias tecnologicamente de ponta, que usam tecnologia importada altamente capital-intensiva. Em contrapartida, o setor tradicional é constituído não apenas de grande parte do setor agrícola e das atividades artesanais, mas também da pequena e média indústria. Este setor produz bens pouco sofisticados, adotando uma tecnologia relativamente simples. Fazem parte ainda desse setor o pequeno comércio e os serviços voltados ao atendimento da classe baixa.

(115) Cf. Maria Conceição Tavares e José Serra, *op. cit.*, pp. 25-37.

O setor moderno distingue-se do tradicional principalmente pela adoção de uma tecnologia extraordinariamente mais avançada e capital-intensiva. Este diferencial de produtividade, somado à sua maior dimensão, permite-lhe apropriar-se de grande parte da poupança e, conseqüentemente, possibilita-lhe controlar o grosso da acumulação de capital, em conjunto com o Governo. Nos setores em que o setor moderno e o tradicional coexistem, dedicados ao mesmo tipo de produção, o diferencial de produtividade não leva necessariamente à expulsão do mercado do produtor tradicional, mas à garantia de elevada taxa de lucro para o produtor moderno.

Este setor moderno, além de contar com a vantagem de sua tecnologia mais avançada, seja no plano técnico propriamente dito, seja no plano administrativo e organizacional, recebe ainda toda uma série de estímulos por parte do Governo. Coerente com sua política de basear o desenvolvimento do país no crescimento da grande empresa, o Governo propicia e estimula fusões, concede vantagens fiscais, concede créditos especiais, desenvolve o mercado de capitais. Resulta daí, pelo menos a curto prazo, e — veremos mais adiante — também a longo prazo, o processo de heterogeneização progressiva da economia.

O modelo se completa através da reestruturação do lado da procura que examinamos no subcapítulo anterior. Podemos dividir também a demanda agregada em dois setores, que correspondem aproximada mas não exatamente aos dois setores produtivos. Os dois setores, do lado da demanda, seriam o da classe média e alta, de um lado, correspondendo a aproximadamente 30% da população brasileira, e o da classe baixa, representando os restantes 70% da população. O primeiro setor consome principalmente bens de luxo, os automóveis, os bens de consumo duráveis e os serviços que são produzidos pelo setor moderno tecnologicamente de ponta. A concentração de renda na classe alta e na classe média favorece, assim, um desenvolvimento ainda maior das grandes empresas capitalistas nacionais e internacionais e das empresas públicas. Todas essas grandes empresas, por sua vez, na medida em que são altamente capital-intensivas e tecnologicamente sofisticadas, aumentam sua procura de pessoal especializado e de pessoal administrativo, ao invés de aumentarem sua procura de pessoal não especializado. Aumenta, assim, o emprego para a classe média, enquanto acentua-se a marginalização da classe baixa. Completa-se, assim, um círculo de desenvolvimento, em que o desenvolvimento do setor moderno permite a concentração da renda na classe média e alta, e esta

concentração, por sua vez, estimula o crescimento do setor moderno. Ficam excluídas do processo tanto o setor produtivo tradicional quanto a classe baixa, que são marginalizados do processo de desenvolvimento.

Do lado da demanda deve ainda ser observado que, além do progresso de concentração da renda nas classes médias e altas, que também são grandes consumidoras, um outro fenômeno reforça o modelo, compatibilizando concentração de renda com desenvolvimento. Referimo-nos às exportações, que cresceram extraordinariamente no Brasil nos últimos anos. Não só o país está vencendo o grande teste a que nos referimos anteriormente, de exportar manufaturados, mas também encontra uma forma através da qual os bens de consumo produzidos não necessitam ser consumidos internamente. São exportados, e, em contrapartida, importam-se maquinaria e matérias-primas. Não é necessário, assim, que cresça o poder aquisitivo dos consumidores proporcionalmente ao crescimento da produção.

Este modelo de desenvolvimento foi recentemente objeto de um estudo econométrico de simulação, realizado pelos professores Samuel A. Morley e Gordon W. Smith. Concluíram eles que "quanto mais regressivo for o esquema de distribuição de renda, maior será a taxa de desenvolvimento industrial, em boa parte devido à importância dos bens de consumo duráveis, especialmente automóveis e de suas indústrias fornecedoras — borracha, maquinaria, metais e gasolina".¹¹⁶ Entretanto, verificaram eles também que o efeito negativo de uma distribuição de renda mais equitativa seria pequeno na taxa de desenvolvimento do país. A simulação que realizaram com o padrão de distribuição de renda mais progressivo apresentava uma taxa de crescimento industrial apenas 0,8% menos do que aquela realizada com o padrão de distribuição de renda mais regressivo ou concentracionista.

Esta análise, embora confirmando a teoria de que a concentração de renda está associada positivamente com o desenvolvimento econômico recente no Brasil, dá nova força à tese distributivista de Celso Furtado, na medida em que verificamos que, mesmo sem todo o plano de intervenção do Estado na economia proposto por Fur-

(116) Samuel A. Morley e Gordon W. Smith, *The Effect of Changes in the Distribution of Income on Labor, Foreign Investment and Growth in Brazil*. Program of Development Studies, Paper nº 15, 1971, Price University, Texas, p. 11. *Idem*, p. 12.

tado, a taxa de crescimento industrial seria pouco reduzida com uma distribuição de renda socialmente mais justa.

Entretanto, claramente não é o modelo Celso Furtado que está sendo aplicado ao Brasil, e sim o modelo de concentração de renda. Quando este modelo é apresentado a representantes da classe média e da classe alta, é comum ouvirmos do interlocutor a afirmação de que este é um modelo de curto e médio prazo: a longo prazo, segundo a versão, a renda terá necessariamente que redistribuir-se, as populações marginalizadas terão que se integrar e o setor tradicional deverá homogeneizar-se com o moderno, da mesma forma que ocorreu nos Estados Unidos e na Europa.

Infelizmente, esta análise não é necessariamente verdadeira. Se reduzirmos a economia brasileira a um modelo muito simples, em que a população seja de 100 milhões, com 70% na classe baixa, com uma renda *per capita* de 214,3 dólares e os demais 30% na classe média e alta, com 1.000 dólares de renda média *per capita*, teremos uma renda *per capita* geral de 450 dólares. Identifiquemos, agora, para simplificar, a classe baixa com o setor tradicional, e a classe média e alta com o setor moderno. O setor tradicional terá uma renda de 15 bilhões de dólares e o setor moderno, uma renda de 30 bilhões de dólares.

Imaginemos, agora, que a população cresça à mesma taxa de 3% em ambos os setores, e que a renda cresça à taxa de 3% no setor tradicional (hipótese de marginalização do setor tradicional, portanto, com estagnação da renda *per capita*). Bastará que o setor moderno cresça à taxa de 9% para que a economia como um todo cresça à taxa de 7% ao ano.

Entretanto, para crescer à taxa de 9%, o setor moderno não precisará, necessariamente, de recorrer ao mercado e à mão-de-obra do setor tradicional. Do mercado, já vimos que não há necessidade, na medida em que prossiga o processo de concentração de renda na classe média e alta, pertencentes ao setor moderno. Em relação à mão-de-obra, tudo dependerá da tecnologia empregada. Imagine-mos um investimento anual de 9 bilhões de dólares, dos quais 90% sejam realizados no setor moderno. Imaginemos, por outro lado, que a oferta de mão-de-obra do setor moderno (que inclui operários especializados na classe média) seja de 3% ao ano, sobre 50% da população (correspondendo à população ativa). Teremos, assim, chegando ao mercado de trabalho, 450 mil jovens provenientes do setor moderno. Nestes termos, dado o investimento anual de 8,1 bilhões de dólares, bastará que a relação marginal capital-trabalho

seja de 18 mil dólares para que o setor moderno não tenha que ir disputar mão-de-obra no setor tradicional. Em outras palavras, se, para empregar um novo trabalhador, forem necessários 18 mil dólares ou mais, de acordo com este modelo, não será necessário transferir mão-de-obra do setor tradicional para o moderno, e teremos uma marginalização permanente do mesmo.

Não existem estudos disponíveis que meçam esta relação marginal capital-trabalho. É preciso lembrar, por outro lado, que esta relação inclui não só os empregos diretos criados pelo novo investimento, mas também os empregos indiretos, no setor de serviços. Por isso, embora sendo uma relação bastante baixa, não nos permite conclusões definitivas a respeito.

Entretanto, uma observação geral pode ser feita. Os investimentos, hoje, no setor moderno, são altamente capital-intensivos. Empregam muito menos mão-de-obra por unidade de capital do que na fase aproximadamente correspondente de desenvolvimento dos países hoje desenvolvidos. Nestes termos, é perfeitamente aceitável imaginar que o setor moderno não necessitará de mão-de-obra do setor tradicional, a continuar a tendência atual do modelo de desenvolvimento do país. A alta intensividade dos investimentos que estão sendo realizados deixa de ser uma causa de subdesenvolvimento e crise, como em certos momentos chegamos a pensar, para se tornar uma causa de desenvolvimento, com marginalização econômica e social.

Este modelo de desenvolvimento tecnoburocrático-capitalista, baseado na concentração de renda e na marginalização permanente de grande parte da população é portanto economicamente viável. Não sabemos, porém, até que ponto é politicamente viável. E, sem dúvida, conforme já vimos, ele não é nem econômica, muito menos politicamente necessário. O máximo que podemos afirmar é que a aliança do governo tecnoburocrático com a grande empresa capitalista, e o processo de concentração de renda facilitam hoje o processo de desenvolvimento. Criam, todavia, distorções sociais profundas e uma dependência econômica e política que, mais cedo ou mais tarde, terão que ser reavaliadas. Por isso, não é impossível imaginar que essa reavaliação do modelo de desenvolvimento venha a ocorrer no momento em que, de um lado, as pressões sociais dos grupos marginalizados eventualmente aumentarem, e, de outro, na ocasião em que a tecnoburocracia governamental começar a pôr em dúvida as vantagens de uma aliança com o capitalismo nacional e, principalmente internacional. Nada assegura que isto venha a ocor-

rer. As tendências atuais são mesmo em sentido contrário. Mas também não há nenhum fator estrutural que impeça necessariamente essa mudança de tendência.

Tecnocracia industrializante, a quarta alternativa

No capítulo anterior, examinamos três ideologias possíveis e suas respectivas lideranças — o neoliberalismo clássico, o liberalismo intervencionista tecnocrático-militar e o nacionalismo desenvolvimentista. Vimos que as duas primeiras ideologias não se coadunam com um projeto nacional de desenvolvimento econômico e que à terceira falta viabilidade política, dada a falta de organização, independência e conscientização políticas dos empresários industriais e ao colonialismo, conservadorismo, idealismo (alienação da realidade) e moralismo dos tecnocratas e militares que assumiram o poder em 1964. Entretanto, é preciso observar que estas características dos tecnocratas e militares não são necessárias. São elas características da classe média tradicional, onde os tecnocratas do Governo Castelo Branco e as lideranças militares foram principalmente recrutados. Ora, tecnocratas e militares podem e são também recrutados na nova classe média, produto da industrialização brasileira destes últimos quarenta anos.

Ora, a nova classe média, da mesma forma que a classe média tradicional, cujas origens são anteriores à revolução industrial, é conservadora e prudente, preocupando-se sempre com sua segurança. Diferentemente da classe média tradicional, porém, a nova classe média está integrada no processo produtivo, o que a torna realista. Além disso, a nova classe média depende fundamentalmente do desenvolvimento econômico. Ela é produto desse desenvolvimento, seu poder e seu prestígio crescem diretamente com a industrialização. Esta leva ao surgimento das grandes organizações burocráticas privadas e públicas, nas quais os elementos da nova classe média, os administradores profissionais e os técnicos, vão assumindo paulatina mas inexoravelmente o poder.

Nestes termos, e dentro da perspectiva (que ainda repugna aos marxistas ortodoxos, mas que se torna cada vez mais real em um grande número de países, inclusive o Brasil) de termos grupos de classe média como sendo os grupos dominantes politicamente, podemos imaginar que o Brasil venha a ser governado principalmente por tecnocratas e militares dessa nova classe média, caracterizada

por sua grande necessidade, sua premência mesmo, de promover o desenvolvimento econômico do País (já que nesse desenvolvimento está toda a fonte de seu prestígio e seu poder). Caso isto ocorra, é possível prever-se que os militares brasileiros acabem livrando-se do jugo de suas idéias colonialistas e autoritárias e que os tecnocratas comecem a desenvolver uma teoria econômica mais adaptada às reais necessidades do desenvolvimento brasileiro. Para ganharem representatividade política, essencial para qualquer projeto de desenvolvimento nacional, terão que chamar para o Governo outros grupos, especialmente os empresários industriais. O diálogo com as esquerdas poderá recomeçar. Os sindicatos poderão ser novamente liberados. Por outro lado, este tipo de Governo perceberá cedo que o desenvolvimento econômico brasileiro só poderá ser realizado em termos nacionalistas e com uma intervenção crescente do Estado. Só assim poderá ser vencido o círculo vicioso estrutural do subdesenvolvimento brasileiro. Ora, na medida em que seus interesses não estão visceralmente ligados ao sistema capitalista liberal, tecnocratas e militares da nova classe média não terão dificuldades em adotar as posições estatizantes que se fizerem necessárias. Com isto não estarão fazendo uma opção socialista. O que caracterizaria este tipo de Governo de tecnocratas e militares da nova classe média seria a disponibilidade ideológica. Para esse grupo o que é realmente importante é a sua segurança e poder, a que está ligada indissolavelmente a necessidade de desenvolvimento tecnológico e industrial, já que o conhecimento técnico (hoje o fator estratégico, em substituição, historicamente, à terra e ao capital) é o fator que dá legitimidade ao poder tecnocrático. Desde que uma maior estatização seja necessária para garantir-se esse desenvolvimento, essa estatização será naturalmente adotada.

Não citamos esta alternativa inicialmente porque não é uma alternativa tipicamente capitalista. Dentro do quadro institucional vigente, porém, quer-nos parecer que esta alternativa possui alguma viabilidade. Não há nenhuma garantia de que ela venha a ocorrer. Nem a consideramos uma solução ideal. Mas se é possível prever uma alternativa que não seja estritamente socialista para o desenvolvimento econômico, político e social brasileiro, esta alternativa será provavelmente a que acabamos de expor.

Cabe, aqui, uma pergunta: e um sistema socialista poderá levar o Brasil ao desenvolvimento? Aqui entramos no reino das hipóteses. Pessoalmente, estou convencido de que um sistema basicamente socialista, em que fossem reservados, porém, alguns setores

de difícil planejamento e execução, para a iniciativa privada (a pequena indústria, o pequeno comércio, a agricultura em geral, e boa parte do comércio e da indústria que exige uma constante adaptação ao mercado), ficando fundamentalmente para o Estado todas as indústrias básicas, boa parte da indústria pesada, o sistema bancário, os serviços públicos — um sistema nesses termos seria o sistema ideal para o Brasil. Todas as empresas, fossem elas privadas ou estatais, funcionariam com grande autonomia. Seu controle seria em parte realizado pelo planejamento, pela concessão de estímulos e desestímulos, mas também através dos mecanismos de mercado, que continuariam atuantes.

O objetivo deste livro, porém, não foi fazer teoria econômica e política e muito menos entrar pelo caminho do dever ser e de discutir qual seria, na opinião do autor, o sistema econômico e político ideal para o Brasil. Ao invés, pretendemos com este livro apresentar uma análise global da sociedade brasileira, nesse período crucial de sua história, que teve início em 1930 e chega até o presente. Ao concluirmos esta análise, a evidência dos fatos nos levou a diagnosticar uma crise, e, mais do que isso, um círculo vicioso estrutural em que está inserido o subdesenvolvimento brasileiro. Nesses termos, fomos obrigados a concluir que a viabilidade do desenvolvimento capitalista para o Brasil é hoje pequena. Nem a estrutura econômica vigente nem as lideranças atuais nos deixam antever claramente perspectivas para a continuação a longo prazo do desenvolvimento brasileiro em termos capitalistas.

Vimos, todavia, que por uma série de razões, que vão desde o poder econômico e numérico da classe empresarial e da classe média no Brasil até à situação de subordinação em que nos encontramos, face ao imperialismo americano a nos vigiar, que qualquer solução socialista apresenta também um grau de viabilidade diminuto.

O Brasil encontra-se, portanto, diante de um impasse. Desenvolvimento nos primeiros trinta anos e crise em seguida caracterizaram este período da história brasileira que analisamos neste livro. A crise, porém, que inicialmente parecia passageira, revelou-se persistente, calcada profundamente na estrutura econômica, social e política do Brasil. As soluções alternativas foram pouco a pouco tornando-se cada vez menos satisfatórias. Depois da Revolução de 1964, a crise agravou-se, e hoje o Brasil é um país dividido e sem horizontes. Vimos, todavia, que apesar de difíceis, existem alternativas que poderão levar o Brasil ao caminho do desenvolvimento econômico e social. E eventualmente uma solução poderá ser encon-

trada dentro de um clima de respeito às liberdades. Gostaríamos, por isso, de afirmar que temos a certeza de que, de uma forma ou de outra, esta crise será superada. Não dispomos de uma bola de cristal, nem pretendemos dizer aqui como a crise deveria ser superada. Admitimos que as perspectivas não são otimistas. Não cremos, todavia, que o pessimismo seja legítimo. O Brasil é muito grande e muito jovem. O mundo está passando por um processo de profundas transformações políticas, sociais, econômicas e tecnológicas. A revolução tecnológica, com sua poderosa força reformista, e a revolução estudantil, marcada pelo idealismo e pelo sentido de responsabilidade pessoal, estão ocorrendo no Brasil tanto como no resto do mundo. Estou certo, portanto, que, se um esporádico leitor, daqui a alguns anos, eventualmente ler estas páginas, verificará que a Crise Brasileira, nos termos em que aqui foi definida, já foi superada. Serão outros os problemas, novos os desafios a enfrentar. O período de desenvolvimento e crise que analisamos até aqui, desde 1930 até 1971, fará parte da história.